



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**Procuradoria da República no Distrito Federal**  
**3º Ofício das Licitações e Contratos Administrativos**

---

**PORTARIA Nº 02 /2008**

O **Ministério Público Federal**, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III da Constituição da República, e considerando:

- a) o disposto no art. 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93;
- b) a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como as normas da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), de 03 de agosto de 2006;
- d) o recebimento e distribuição de peças de informação com o seguinte teor:

<b>Peças de Informação:</b> procedimento MPF/PR/DF 1.16.000.002888/2007-84
--

<b>Origem:</b> <i>denúncia</i> anônima dirigida ao Presidente da ECT e encaminhada por essa autoridade a esta Procuradoria, referente a suposta irregularidade em licitação da empresa pública que tem por finalidade a contratação de serviços de publicidade.
---

<b>Supostos responsáveis:</b> comissão de Licitação da ECT e empresa Propeg Comunicação Ltda.
---

<b>Objeto:</b> segundo a <i>denúncia anônima</i> , a proposta vencedora do lote 2 da licitação, da empresa Propeg Comunicação Ltda. - que, nos termos do edital, deveria ser apócrifa -, poderia ser identificada em razão do número de telegrama constante nas suas peças.
---

**Determina:**

- 1 – a instauração de procedimento preparatório, para apuração dos fatos noticiados;
- 2 – a juntada do extrato de andamento processual que segue em anexo, referente ao TC 028.032/2007-5, aberto no Tribunal de Contas da União (TCU) para apurar *denúncia* idêntica à que deflagrou este procedimento;
- 3- que se oficie à Presidência da ECT, com cópias desta portaria e do expediente de fl. 02, para requisitar, no prazo de 10 (dez) dias, informações e documentos referentes às *averiguações internas* do caso;
- 4 – a publicação e o registro desta portaria.

Brasília, 10 de março de 2008.

**Marco Aurélio Adão**  
**Procurador da República**